



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$90

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre	130\$
A 1.ª série . . .	90\$	"	48\$
A 2.ª série . . .	80\$	"	43\$
A 3.ª série . . .	80\$	"	43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

SUMÁRIO

Presidência da República:

Lei n.º 2:011 — Promulga as bases para a organização hospitalar.

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 11:306 — Aumenta com um escriturário o quadro do pessoal da secretaria judicial da comarca de Castelo Branco.

Ministério das Finanças:

Despacho ministerial — Determina que na liquidação de créditos e débitos entre Portugal e a Holanda deixem de ficar sujeitas ao disposto no despacho de 21 de Maio de 1940 e decreto-lei n.º 30:434 as operações vencíveis depois de 1 do corrente mês.

Ministérios das Finanças e das Obras Públicas e Comunicações:

Decreto n.º 35:571 — Estabelece uma nova forma de pagamento do imposto do selo devido pelos vales do correio.

Ministério da Marinha:

Decreto n.º 35:572 — Torna extensivas ao pessoal civil do Ministério as disposições em vigor relativas à concessão, por conta do Estado, das passagens das famílias, transporte de mobília e excesso de bagagem do pessoal militar, quando nomeado ou transferido para cargos em terra fora de Lisboa de duração não inferior a dois anos, sendo, para estes efeitos, equiparados a oficiais os funcionários de categoria igual ou superior a terceiro-oficial, a sargentos os escriturários, dactilógrafos, maquinistas, mestres e contramestres e a praças o restante pessoal.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Decreto-lei n.º 35:573 — Torna aplicável aos adidos de legação com mais de um ano de serviço efectivo o disposto no § único do artigo 5.º do decreto-lei n.º 32:431.

Ministério da Economia:

Declaração de terem sido, por despacho ministerial, revogados, a partir de 1 do corrente mês, os despachos, de 25 de Agosto de 1944 e 14 de Março de 1945, que, para efeito de abastecimento e troca de livretes, ou simplesmente troca, tornavam obrigatória a inspecção dos veículos e consequente carimbagem dos respectivos livretes de consumo por pessoal da polícia de viação e trânsito.

Declaração de terem sido, por despacho ministerial, suspensas, a partir de 1 do corrente, as restrições que, em virtude do disposto na portaria n.º 10:094, se encontram em vigor relativamente à venda do petróleo, gasóleo, diesel-oil e fuel-oil.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria

Lei n.º 2:011

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

Organização hospitalar

BASE I

1. Para efeitos de organização hospitalar, o País é dividido em zonas, regiões e sub-regiões.
2. Os estabelecimentos hospitalares para tuberculosos, doentes mentais, leprosos e cancerosos terão organização especial.

BASE II

1. Em cada zona haverá pelo menos um hospital central; em cada região um hospital regional; em cada sub-região um hospital sub-regional.
2. Na organização dos hospitais dos Açores e da Madeira ter-se-ão em conta as condições particulares do meio e a dificuldade das comunicações, designadamente para o efeito de serem dotados com os serviços de cirurgia e especialidades exigidos pelas necessidades da assistência hospitalar.

BASE III

1. As zonas são três: norte, centro e sul, com sede, respectivamente, no Porto, Coimbra e Lisboa.
As ilhas adjacentes ficam incluídas na zona sul.
2. Far-se-á em regulamento a designação das regiões compreendidas em cada zona, podendo o Ministro do Interior, ouvidas as câmaras e comissões municipais de assistência, transferir as regiões de uma para outra zona.

BASE IV

1. Cada capital de distrito será sede de uma região que, em princípio, corresponderá à área do distrito.
2. As regiões serão constituídas pelos concelhos a designar em regulamento.
3. Além das regiões correspondentes às capitais de distrito, poderão criar-se outras, se as necessidades de assistência hospitalar assim o exigirem, sem prejuízo de se assegurar primeiro a instalação dos hospitais regionais nas capitais de distrito.

4. O Ministro do Interior, ouvidas as respectivas câmaras e comissões municipais de assistência, poderá determinar a transferência de concelhos ou parte de concelhos de uma para outra região.

BASE V

1. As regiões dividem-se em sub-regiões, podendo estas corresponder a um ou mais concelhos.

2. As freguesias podem ser incluídas em sub-regiões diferentes das do concelho a que pertencem.

O Ministro do Interior, ouvidas as respectivas câmaras municipais e comissões paroquiais de assistência, poderá determinar a transferência de freguesias de uma para outra sub-região.

BASE VI

1. A assistência hospitalar de cada zona é assegurada por:

- a) Hospitais centrais, regionais e sub-regionais;
- b) Postos de consulta e socorros;
- c) Centros de convalescença e de readaptação;
- d) Hospícios;
- e) Brigadas móveis de assistência, socorro e colocação de doentes.

2. Além dos hospitais gerais, haverá em cada zona um ou mais hospitais especializados para tratamento de doenças infecto-contagiosas, de doenças das crianças e de outras doenças especiais.

3. Os hospitais situados na mesma localidade e dependentes da mesma administração podem agrupar-se por forma a constituírem os diferentes serviços de uma unidade hospitalar.

BASE VII

1. Os hospitais centrais de Lisboa, Porto e Coimbra asseguram a assistência hospitalar da respectiva região, atendem aos casos clínicos da zona que os hospitais regionais não possam tratar e exercem as funções pedagógicas que lhes pertencam como formações sanitárias dos centros universitários.

2. Para efeitos de investigação científica, poderão constituir-se grupos ou federações hospitalares, relacionados com determinados centros científicos, de modo que estes possam reunir elementos úteis de trabalho e prestar o seu concurso especializado à acção hospitalar, devendo as relações entre aqueles centros e os grupos ser objecto de regulamentação, inspirada simultaneamente no interesse dos doentes e da ciência.

BASE VIII

1. Os hospitais regionais destinam-se a assegurar, na região, a assistência médica e cirúrgica, os socorros de urgência e a clínica das especialidades que os seus meios lhes permitam. Terão, normalmente:

- a) Serviços de admissão;
- b) Serviços de medicina e cirurgia gerais;
- c) Serviços de pediatria e obstetrícia;
- d) Outros serviços de especialidades;
- e) Serviços de doenças infecto-contagiosas;
- f) Consultas externas anexas aos serviços gerais e especiais com funções de dispensário e de admissão;
- g) Serviço de urgência com pessoal permanente, clínico, de enfermagem e auxiliar e com ambulância de socorro devidamente equipada;
- h) Serviços de radiologia, análises clínicas, transfusões de sangue, fisioterapia, anatomia patológica e autópsias;
- i) Serviços de farmácia;
- j) Serviço social;
- k) Assistência religiosa;
- l) Serviços administrativos e industriais.

2. Em princípio, os hospitais regionais recebem, além dos doentes do seu concelho, os da própria região; mas excepcionalmente, quando as exigências clínicas o indiquem ou as comunicações o aconselhem, pode o doente de uma região recolher a outro hospital, regional ou central, conforme se estabelecer em regulamento.

3. O tratamento hospitalar poderá ser substituído pelo internamento em centros de convalescença e de readaptação, em hospícios ou asilos, e ainda pela assistência em regime ambulatorio ou domiciliário.

4. Quando na sede da região não houver serviços de convalescentes e doentes crónicos, deverá estabelecer-se uma secção anexa ao hospital geral.

5. O Ministro do Interior poderá ampliar os serviços enunciados nesta base ou criar outros, sempre que as necessidades de assistência regional o determinem.

BASE IX

1. Os hospitais sub-regionais destinam-se a assegurar, na sub-região, a assistência médica e cirúrgica que os seus meios lhes permitam e deverão ter:

- a) Serviços de admissão;
- b) Serviços de medicina e cirurgia gerais;
- c) Serviços de obstetrícia;
- d) Serviços de doenças infecto-contagiosas;
- e) Serviço social;
- f) Assistência religiosa.

Se as necessidades de assistência o exigirem, os hospitais sub-regionais poderão ter também serviços de especialidades.

2. Quando o tratamento da doença, pela sua natureza, não puder fazer-se no hospital sub-regional, deverá o doente ser mandado para o hospital regional ou central.

BASE X

1. Os postos de consulta e socorros destinam-se, normalmente, à consulta externa e tratamento, incumbindo-lhes promover o internamento dos doentes que não possam ser tratados em regime ambulatorio ou domiciliário.

2. Os postos de consulta e socorros funcionam de preferência nos meios rurais e piscatórios, podendo ser instalados nas Casas do Povo e dos Pescadores das respectivas localidades, e os serviços, sempre que for possível, ficam a cargo dos médicos destes organismos ou dos facultativos municipais da área.

BASE XI

Os centros de convalescença e de readaptação destinam-se aos doentes que necessitem de longo período de convalescença ou de recuperação clínica ou social.

BASE XII

Os hospícios destinam-se aos doentes crónicos, inválidos ou incuráveis que não precisem da assistência de um hospital geral.

BASE XIII

As brigadas móveis de assistência, socorro e colocação de doentes destinam-se a prestar auxílio aos doentes e sinistrados das povoações que, em razão da distância, não possam facilmente socorrer-se dos serviços do hospital respectivo. Serão providas de pessoal e viaturas-automóveis devidamente apetrechadas para os fins a que se destinam.

BASE XIV

1. Os hospitais centrais deverão ser providos de um número de camas correspondente às necessidades de

assistência da respectiva zona, calculado, salvo as correções que as circunstâncias impuserem, em harmonia com a fórmula seguinte:

$$L = \frac{4a + 0,5b + 0,25c}{1000}$$

sendo L a lotação e a , b e c , respectivamente, a população do concelho sede da zona, a dos outros concelhos da região servida pelos hospitais centrais e a dos restantes concelhos da zona.

2. A função de hospitais centrais será desempenhada pelos hospitais civis de Lisboa, hospitais escolares e outros que o Ministro do Interior designar para esse fim.

BASE XV

Os hospitais regionais serão providos de um número de camas correspondente às necessidades de assistência da região, determinado pela fórmula seguinte, salvo as correções que as circunstâncias impuserem:

$$L = \frac{2,75a + 0,25b}{1000}$$

sendo L a lotação e a e b , respectivamente, a população do concelho sede da região e a dos restantes concelhos da sua área.

BASE XVI

Os hospitais sub-regionais serão providos de um número de camas correspondente, em princípio, a 2 por mil do número de habitantes da sua área.

BASE XVII

Na elaboração dos projectos de estabelecimentos previstos nesta lei ter-se-ão em conta as circunstâncias especiais das respectivas áreas de influência, o aumento presumível da população no período de vinte e cinco anos, a existência de hospitais destinados ao tratamento de doenças especiais ou contagiosas e bem assim a de quaisquer outros estabelecimentos, embora não dependentes do Ministério do Interior.

BASE XVIII

A distribuição das camas pelos diferentes serviços será feita pela direcção do respectivo hospital, com recurso para a Direcção Geral da Assistência.

Nesta distribuição deverá considerar-se, quanto possível, o número de camas a atribuir a cada categoria de serviços: medicina, cirurgia, obstetrícia e pediatria, outras especialidades e de doenças infecto-contagiosas, com indicação do número de camas destinadas a homens, mulheres e crianças.

BASE XIX

Os encargos da assistência hospitalar competem ao Estado, nos seus estabelecimentos próprios, e são custeados, em regime de cooperação, nos pertencentes a outras entidades ou por elas mantidos.

Em qualquer dos casos incumbe às autarquias locais e ao Estado tomar as providências necessárias para que os hospitais funcionem com plena eficiência.

BASE XX

1. Os edifícios necessários à instalação dos estabelecimentos a que esta lei se refere serão construídos, adaptados ou ampliados e devidamente equipados, de harmonia com o plano de execução a definir pelo Governo.

2. Para a primeira fase do plano de assistência hospitalar, a realizar no prazo máximo de um decénio, será inscrita anualmente no orçamento de despesa extraordinária do Ministério das Obras Públicas e Comunicações a dotação de 50:000 contos, pelo menos.

3. As obras de construção, ampliação ou adaptação e o equipamento dos hospitais sub-regionais e restantes estabelecimentos hospitalares, da iniciativa das Misericórdias ou de outras entidades de assistência ou de beneficência, poderão, quando obedecerem ao preceituado nesta lei, beneficiar desde já da comparticipação do Estado, pelo Fundo de Desemprego, até 75 por cento do seu custo total, incluindo neste os encargos de expropriação ou aquisição dos terrenos e prédios, bem como de aquisição do mobiliário e material necessários para o seu funcionamento.

4. O Estado pode tomar a iniciativa de quaisquer das obras mencionadas no número anterior, se as necessidades da assistência hospitalar e a escassez dos recursos locais o exigirem.

5. Em todos os hospitais e hospícios haverá capela ou oratório para a assistência religiosa, e em todos os estabelecimentos de assistência hospitalar haverá locais para o serviço social.

6. Em todos os planos de construção ou remodelação de hospitais serão previstas instalações suficientes e acomodações para o pessoal de enfermagem.

7. No plano de construções serão previstos os internamentos necessários ao funcionamento de escolas de enfermagem.

8. Para efeito do disposto nesta base são declaradas de utilidade pública as expropriações necessárias, as quais deverão efectuar-se nos termos do decreto n.º 17:508, de 22 de Outubro de 1929, assegurando-se ao expropriado a faculdade de requerer vistoria sumária *ad perpetuum rei memoriam*, em termos a regulamentar, não podendo nunca a vistoria prejudicar a entrega do prédio e a execução imediata das obras.

BASE XXI

1. É criada a Comissão de Construções Hospitalares, constituída: por um presidente e um vogal, designados pelo Ministro do Interior, devendo um deles ser médico; por outro vogal, designado pelo Ministro das Finanças, e por um engenheiro e um arquitecto, designados pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

2. A esta Comissão compete:

a) Organizar os programas de construção, adaptação ou ampliação e equipamento dos estabelecimentos hospitalares e submetê-los à aprovação dos Ministros do Interior e das Obras Públicas e Comunicações;

b) Escolher os terrenos e prédios necessários, adquiri-los e promover as expropriações julgadas convenientes;

c) Promover a elaboração dos projectos;

d) Dirigir e fiscalizar os trabalhos;

e) Assegurar o pagamento das despesas.

Compete ainda à Comissão informar os pedidos de comparticipação e fiscalizar as obras a que se refere o n.º 3 da base anterior, e bem assim prestar às entidades interessadas, sempre que o solicitem justificadamente, assistência técnica gratuita para a elaboração dos projectos dessas obras.

3. A Comissão prestará anualmente contas da sua gerência ao Tribunal de Contas.

4. Esta Comissão poderá ter uma comissão executiva, sua delegada, cuja composição e funções serão estabelecidas em regulamento.

BASE XXII

1. O recrutamento do corpo clínico dos hospitais centrais e regionais, com excepção do que está presente-

mente no exercício de funções, será feito por concurso, segundo critério de competência especializada, de forma a que aqueles hospitais garantam os serviços gerais e de especialidades que lhes competem.

2. O recrutamento do pessoal docente dos hospitais escolares será feito nos termos fixados pelo Ministério da Educação Nacional.

BASE XXIII

A organização, administração e funcionamento dos hospitais civis, a preparação técnica, modo de recrutamento e acesso dentro dos respectivos quadros, bem como os direitos e obrigações do pessoal serão regulados por diploma especial.

BASE XXIV

O Governo determinará urgentemente as condições necessárias para a obtenção do título de médico especialista e promoverá as facilidades impostas pela necessidade de provimento dos lugares criados pela organização hospitalar.

BASE XXV

O Estado prestará auxílio às iniciativas particulares que se proponham preparar enfermeiros, assistentes, visitadoras e outros agentes do serviço social.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Abril de 1946. — *ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Augusto Cancellia de Abreu — Marcello José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Matta — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

Portaria n.º 11:306

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do artigo 38.º e § único do artigo 30.º do Estatuto Judiciário, seja aumentado com um escrivão de 2.ª classe o quadro do pessoal da secretaria judicial da comarca de Castelo Branco.

Ministério da Justiça, 2 de Abril de 1946. — O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Inspeção do Comércio Bancário

Secretaria

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho de S. Ex.ª o Ministro das Finanças:

Tendo-se regulado, por acordo entre Portugal e a Holanda, a liquidação de créditos e débitos entre os dois países, deixam de ficar sujeitas ao disposto no despacho de 21 de Maio de 1940 e decreto-lei n.º 30:434, de 14 do mesmo mês e ano, as operações vencíveis depois de 1 do corrente.

Inspeção do Comércio Bancário, 30 de Março de 1946. — O Inspector, *João Baptista de Araújo.*

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Decreto n.º 35:571

Considerando os inconvenientes que resultam do pagamento, por meio de estampilhas, do imposto do selo devido pelos vales do correio; e convindo obviar a tais inconvenientes, adoptando outra forma de arrecadação que não prejudique a necessária fiscalização;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º As taxas referidas no artigo 168 da tabela geral do imposto do selo, aprovada pelo decreto-lei n.º 21:916, de 28 de Novembro de 1932, cobradas dos tomadores dos vales do correio, deixam de ser pagas por meio de estampilhas fiscais, passando a dar entrada nos cofres do Estado por meio de guia na mesma ocasião em que for entregue o produto da emissão dos vales a que elas respeitarem.

Art. 2.º A importância das taxas de que trata o artigo anterior será mencionada, em coluna própria, na guia modelo n.º 26 do regulamento para o serviço de permutação de fundos por intermédio do correio, aprovado por decreto de 16 de Novembro de 1912, e a sua liquidação será verificada pelos funcionários encarregados da conferência a que se refere o n.º 2.º do artigo 95.º do mesmo regulamento.

Art. 3.º As guias modelo n.º 26, respeitantes às entregas a que alude o artigo 96.º do regulamento citado no artigo 2.º, serão remetidas pela Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, dentro do prazo de quinze meses, contado da sua data, à Direcção de Finanças dos distritos de Lisboa ou do Porto, conforme o caso, para efeitos de fiscalização do imposto do selo nelas mencionado.

§ único. Conferida a liquidação do imposto do selo, o funcionário conferente lançará nas guias a competente verba, que datará e assinará, autenticando a assinatura com o selo branco da direcção de finanças, devendo as mesmas guias ser devolvidas à referida Administração Geral dentro dos oito dias imediatos àquele em que terminar o prazo mencionado neste artigo.

Art. 4.º É extensivo ao imposto do selo sobre vales do correio o disposto no § único do artigo 274.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 12:700, de 20 de Novembro de 1926, para o selo cobrado nas linhas férreas e para o que incide sobre o tabaco estrangeiro que for despachado nas alfândegas do continente e das ilhas adjacentes.

Art. 5.º Na primeira entrega do produto de emissão de vales, a realizar depois da entrada deste decreto em vigor, os encarregados de emissão deverão incluir todos os selos fiscais que tinham em seu poder e que se destinavam a emissão de vales do correio, deduzindo o valor dos mesmos no total do produto de emissão.

Art. 6.º Este decreto entra em vigor no dia 1 do mês de Maio do corrente ano.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Abril de 1946. — *ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Augusto Cancellia de Abreu.*

MINISTÉRIO DA MARINHA Repartição do Gabinete

Decreto n.º 35:572

Considerando não terem sido actualizadas as disposições do decreto n.º 4:439, de 15 de Junho de 1918, re-